



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1819921 - AC (2019/0170357-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ  
RECORRENTE : A N R (PRESO)  
ADVOGADOS : CRISTIANO VENDRAMIN CANCIAN - AC003548  
UÊNDEL ALVES DOS SANTOS - AC004073  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

### EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PARADIGMAS. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. PENAL. DOSIMETRIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. LESÃO CORPORAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CULPABILIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. NEGATIVAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SEMI-IMPUTABILIDADE. DISCERNIMENTO DOS FATOS QUE LEVARAM À NEGATIVAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. AFERIÇÃO. INVIABILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 7 DO STJ. AGRAVANTE DA RELAÇÃO DE HOSPITALIDADE. EXCLUSÃO. ARTIGO DE LEI FEDERAL VIOLADO. FALTA DE INDICAÇÃO. SÚMULA N.º 284 DO STF. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por A. N. R., com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre na Apelação Criminal n.º 001440-04.2017.8.01.0011.

Consta dos autos que, após decisão do Conselho de Sentença condenando o Recorrente, o Juízo-Presidente lhe impôs as seguinte reprimendas: a) 9 (nove) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão (art. 121, § 2.º, inciso IV, c.c o art. 14, inciso II, do Código Penal); b) 8 (oito) meses de detenção (art. 129, *caput*, do Código Penal); c) 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão (art. 217-A, do Código Penal). Houve apelação somente defensiva, a que o Tribunal de origem negou provimento (fls. 339-375).

Alega o Recorrente a negativa de vigência ao art. 59 do Código Penal, sustentando que "*não possuía condições mentais de determinar-se, estava privado de suas condições psíquicas e não deve ter sua pena aplicada acima do mínimo legal*" (fl. 392), tanto que teria feito jus à causa de diminuição de pena prevista no art. 26, parágrafo único, do referido Códex.

Sustenta que seria inidôneo afirmar que teria premeditado os crimes, pois não possuiria discernimento mental para tal e, além, a premeditação seria elemento inerentes aos delitos. Diz, também, que a negativação das circunstâncias do crime se mostrariam inadequadas, diante da

condição mental do Recorrente.

Aduz ser descabida a aplicação da agravante da hospitalidade, "*pois não obstante frequentar a casa, o Réu não tinha costume de pernoitar no local, fato este afirmado pelas próprias vítimas*" (fl. 397).

Pede o provimento do recurso especial, com a redução das penas ao mínimo legal.

Oferecidas contrarrazões (fls. 405-413), admitiu-se o recurso na origem (fls. 414-415).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo parcial conhecimento e desprovimento do recurso especial (fls. 426-433).

É o relatório.

Decido.

De início, embora o recurso especial esteja fundamentado também na divergência jurisprudencial, o Recorrente não indicou nenhum acórdão paradigma nas razões recursais, o que caracteriza a ausência de delimitação da controvérsia e atrai a incidência da Súmula n.º 284 do STF.

No mais, a culpabilidade do delito foi considerada reprovável, na sentença, porque o Recorrente teria agido "*com premeditação e frieza*" (fl. 268) e, as circunstâncias do crime, em razão de o delito ter sido "*praticado a noite, em zona rural e local ermo, o que dificultou o socorro da vítima*" (fl. 269). O Tribunal, no julgamento da apelação, ratificou a fundamentação.

Tais afirmações são idôneas para negativar as aludidas circunstâncias judiciais, pois trazem elementos concretos que não são inerentes aos crimes pelos quais houve a condenação (homicídio qualificado tentado, lesão corporal e estupro de vulnerável), as quais demonstram um maior grau de reprovabilidade das condutas.

Nesse sentido:

*"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE ACENTUADA. MAIOR GRAU DE CENSURA EVIDENCIADO. MAUS ANTECEDENTES CONFIGURADOS. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. MODUS OPERANDI. VALORAÇÃO DE QUALIFICADORAS NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA. POSSIBILIDADE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. FLAGRANTE ILEGALIDADE EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

[...]

*3. Para fins de individualização da pena, a culpabilidade deve ser compreendida como juízo de reprovabilidade da conduta, ou seja, a maior ou menor censurabilidade do comportamento do réu, não se tratando de verificação da ocorrência dos elementos da culpabilidade para que se possa concluir pela prática ou não de delito. No caso dos autos, a premeditação do crime permite, a toda evidência, a majoração da pena-base a título de culpabilidade, pois demonstra o dolo intenso e o maior grau de censura a ensejar resposta penal superior.*

[...]

*8. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de afastar o reconhecimento das consequências do crime como circunstância judicial desfavorável, sem reflexos na pena imposta ao paciente." (HC 553.427/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJE*

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL - CP. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. CULPABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. EXASPERAÇÃO IDÔNEA. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. A valoração negativa de circunstância judicial que acarreta exasperação da pena-base deve estar fundada em elementos concretos, não inerentes ao tipo penal.*

*2. In casu, a valoração negativa da culpabilidade decorreu da premeditação do delito.*

*2.1. Por seu turno, a valoração negativa das circunstâncias do crime foi justificada no ataque noturno na residência da vítima.*

*2.2. Por fim, a valoração negativa das consequências do crime ficou justificada nas lesões físicas e psicológicas sofridas pela vítima.*

*2.3. Entender de modo diverso demandaria o reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça - STJ.*

*3. Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp 1.753.782/PA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 23/09/2019; sem grifos no original).*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. CULPABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ANÁLISE DESFAVORÁVEL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. PONTO NÃO APRECIADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. O Colegiado de origem apresentou fundamentação idônea ao valorar negativamente o vetor da culpabilidade, já que destacou que o Paciente 'agiu com premeditação, frieza e agressividade', o que denota a especial reprovabilidade da ação delituosa.*

*2. Em relação à valoração negativa das consequências do crime, a Corte local mencionou que a vítima 'chegou a perder o emprego', o que caracteriza um maior desvalor na conduta concretamente analisada, de modo a justificar o agravamento da pena-base.*

*3. O vetor comportamento da vítima não foi apreciado pelo Tribunal de origem, de modo que não pode ser conhecido originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância.*

*4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 505.548/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 03/09/2019; sem grifos no original).*

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. CRIME DE HOMICÍDIO. DOSIMETRIA DA PENA. REPRIMENDA BÁSICA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AFIRMAÇÕES CONCRETAS RELATIVAS À CULPABILIDADE E ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. JUSTIFICATIVA INERENTE AO TIPO PENAL NO TOCANTE ÀS CONSEQUÊNCIAS DO DELITO.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior, à luz da orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, exarada no julgamento do HC 109.956/PR, com o fito de conceder efetividade ao disposto no art. 102, II, 'a', da Constituição da República, e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/90, assentou-se no sentido de que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, com vistas*

*a não se desvirtuar a finalidade desse remédio constitucional. No entanto, quando a ilegalidade apontada é flagrante, excepciona-se tal entendimento, justificando-se a atuação deste Superior Tribunal, caso em que se concede a ordem de ofício.*

*2. Na esteira da orientação jurisprudencial desta Corte, por se tratar de questão afeta à certa discricionariedade do Magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório.*

*3. Ademais, 'exasperação da pena deve estar fundamentada em elementos concretos extraídos da conduta imputada ao acusado, os quais devem desbordar dos elementos próprios do tipo penal. Assim, meras alusões à gravidade em abstrato do delito, à potencial consciência da ilicitude, ao perigo da conduta, à busca do lucro fácil e outras generalizações sem lastro em circunstâncias concretas não podem ser utilizados para aumentar a pena-base' (HC 353.839/PB, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 02/06/2016, DJe 08/06/2016).*

*4. Na espécie, o magistrado sentenciante afirmou ser acentuada a culpabilidade da paciente, tendo em vista o planejamento e premeditação do crime, bem como diante da apresentação de diversas versões sobre os acontecimentos pela ré, dificultando a apuração dos fatos pelas autoridades. Tal fundamentação se mostra adequada para a exasperação da pena-base, extrapolando os elementos inerentes ao tipo incriminador, anunciado o maior grau de reprovabilidade da conduta perpetrada e menosprezo especial ao bem jurídico tutelado pela norma. Precedentes.*

*5. O magistrado sentenciante também considerou desfavoráveis as circunstâncias do crime, pois praticado em local ermo, sem sinal de telefonia, tarde da noite, utilizando-se a ré de éter para poder dominar a vítima. Descreveu, assim, as particularidades do delito e as atitudes assumidas pela condenada no decorrer do fato criminoso, as condições de tempo e local em que ocorreu o crime, bem como os instrumentos utilizados na prática delitosa e a maior gravidade da conduta espelhada pela mecânica delitiva empregada pelo agente, fundamentando suficientemente o aumento operado.*

*6. Entretanto, insuficiente a motivar a exasperação da pena-base a afirmação de que 'as consequências foram graves, pois uma pessoa perdeu a vida, em sua juventude' (e-STJ fl. 50), porquanto inerente ao crime de homicídio, inseparável do tipo penal, não revelando a maior intensidade da lesão jurídica causada. Precedentes.*

*7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para, redimensionando a pena da paciente, estabelecê-la em 17 (dezesete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, mantido, no mais, o acórdão estadual" (HC 206.085/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 15/12/2016; sem grifos no original).*

Outrossim, análise da tese de que o Recorrente, em razão de sua semi-imputabilidade, não teria condição de premeditar as condutas ou de discernir as circunstâncias do crime, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, incabível em recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, no que diz respeito ao pleito de exclusão da agravante da relação de hospitalidade, não houve a indicação do dispositivo de lei federal que se considera violado, o que caracteriza a falta de delimitação da controvérsia, a incidir a Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

*"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. PEDIDO DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Não tendo sido apontadas, especificamente, quais normas teriam sido contrariadas, incide a Súmula 284 do STF, segundo o qual: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

*[...]*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.151.992/TO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018; sem grifos no original.)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PENA-BASE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. ÓBICE DA SÚMULA N. 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. VALOR DA RES FURTIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Incide o óbice da Súmula n. 284/STF se a parte recorrente não apontou no apelo nobre qual seria o dispositivo legal que entendeu violado.*

*[...]*

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.737.158/TO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018; sem grifos no original.)*

Ademais, ainda no que diz respeito ao pleito de exclusão da aludida agravante, a análise da alegação de que não haveria suporte probatório para a sua incidência, esbarra no óbice da mencionada Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora